

GORDO, Adolfo

*gov. RN 1889-1890; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1902 e 1906-1913; sen. SP 1913-1929.

Adolfo Afonso da Silva Gordo nasceu em Piracicaba (SP) a 12 de agosto de 1858, filho de Antônio José da Silva Gordo e de Ana Blandina de Barros. Antônio José, português, veio para o Brasil aos 12 anos, deixando a família no Porto; aprendeu o ofício da agricultura e tornou-se fazendeiro. Ingressando na política, foi membro do Partido Liberal, vereador e presidente da Câmara Municipal da vila de Limeira; tornou-se também tenente-coronel da Guarda Nacional. Em primeiras núpcias desposou a viúva Francisca de Assis Negreiros, que fora casada com o capitão Manuel Ferraz de Campos Sales e que teve como netos o presidente Campos Sales, o propagandista da República Alberto Sales, e Maria de Carmo, que se casou com o também político republicano José Alves de Cerqueira César. Com Francisca Antônio José teve três filhos. Do segundo casamento, com Ana Blandina de Barros, teve seis filhos, sendo Adolfo o caçula. Três cunhados de Adolfo Gordo tornaram-se políticos influentes: o presidente Prudente de Moraes, casado com Adelaide Benvinda, o senador Manuel de Moraes Barros, casado com Maria Inês, e o deputado Antônio Carlos de Ferraz Sales, casado com Rita.

Adolfo Gordo fez os primeiros estudos no Colégio São Luís, em Itu, e a seguir no Instituto Santista, em Santos, dirigido por Augusto Freire. Também em Santos faleceu seu pai, quando tinha dez anos de idade. Em 1875 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, único instituto de ensino superior existente na província, criado em 1827 juntamente com a Faculdade do Recife. A Faculdade de Direito foi seguramente um celeiro de políticos destacados que tinham o liberalismo como universo ideológico.

Depois de formado, iniciou sua carreira profissional como advogado em Capivari, cidade próxima a Piracicaba. Nesse mesmo município foi eleito vereador. Transferiu-se em 1887 para São Paulo, mantendo uma banca de advocacia com o também político e republicano Antônio Mercado.

REPUBLICANO HISTÓRICO

O movimento republicano teve início no Rio de Janeiro com a publicação do Manifesto Republicano em 3 de dezembro de 1870, no primeiro número do jornal *A República*. Era liderado por Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, reunindo egressos do Partido Liberal. Em São Paulo, o movimento se iniciou em uma reunião realizada em 17 de janeiro de 1872, com a presença de 14 cidadãos vindos do liberalismo radical, quando foi decidida a organização de uma convenção republicana. Na Convenção de Itu, realizada no dia 18 de abril de 1873, foram aprovadas as bases para a organização do Partido Republicano da província. A Propaganda Republicana, como ficou conhecido o movimento, configurava em São Paulo a corrente que lutava pela implantação da República por meios pacíficos, usando “as armas da discussão”, segundo a proposta do Manifesto de 3 de dezembro. Anualmente reuniam-se representantes dos diferentes municípios, quando eram estabelecidas as estratégias da campanha.

Adolfo Gordo envolveu-se intensamente no movimento republicano. Ainda aluno da Faculdade de Direito, participou da fundação do Clube Republicano Acadêmico e do jornal acadêmico *A República*, do qual foi um dos redatores. Integrou-se à Propaganda Republicana, que recorria a vários meios para a difusão de suas idéias e propostas: imprensa, publicações, comícios em praça pública, conferências e participação no processo eleitoral. Fazia conferências e discursava em comícios. Representou o município de Descalvado no congresso republicano de 1881 e o município de Jaboticabal nos congressos de 1885, 1887, 1888 e 1889. Foi eleito membro da comissão permanente do Partido Republicano em 1887, e escolhido secretário do partido no congresso de 1889. Nesse ano candidatou-se a deputado pelo 1º distrito eleitoral, mas não foi eleito.

Palavras de Adolfo Gordo na sessão de 5 de maio de 1916 do Senado Federal lembram a ação da Propaganda Republicana que então se desenvolvia em São Paulo: “O partido republicano já estava então em franca atividade, e com grande desassombro, lutava em todos os terrenos: perante as urnas, na imprensa e na tribuna, em toda a parte e em todas as

ocasiões fazia propaganda vivíssima contra as instituições imperiais”.

Às vésperas da Proclamação, Adolfo Gordo estava no Rio de Janeiro com Francisco Glicério, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos; eram os intermediários entre os membros da comissão permanente do Partido Republicano Paulista (PRP) e os dirigentes da ação republicana da capital. Atendiam à convocação de Aristides Lobo, que informava ao PRP que secretos entendimentos estavam sendo mantidos entre republicanos e altas patentes do Exército.

NA REPÚBLICA: GOVERNADOR, DEPUTADO E SENADOR

Proclamada a República, os presidentes das províncias foram substituídos por governadores republicanos. O governo paulista foi inicialmente assumido por um triunvirato – Prudente de Moraes, Rangel Pestana e o tenente-coronel Sousa Mursa, passando depois para Prudente de Moraes. Coube a Adolfo Gordo o governo do Rio Grande do Norte. Dirigindo-se a Natal, tomou posse em 6 de dezembro de 1899, substituindo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, mas permaneceu no cargo poucos meses. Em 8 de fevereiro de 1890 passou o governo a Jerônimo Américo Raposo da Câmara e em seguida candidatou-se e foi eleito deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro do mesmo ano, após a promulgação da Constituição em 25 de fevereiro de 1891 continuou no exercício do mandato e foi várias vezes reeleito, permanecendo na Câmara dos Deputados até dezembro de 1902.

Em 1901, sendo Campos Sales presidente da República (1898-1902), houve uma dissidência no PRP. Os dissidentes não aceitaram a orientação do presidente quanto à verificação de poderes, considerando que a soberania do Congresso fora atingida quando fora considerada “questão fechada” o reconhecimento de candidatos indicados por governadores aliados; condenaram também sua ação, intervindo em alguns estados e ainda desconsiderando a opinião partidária ao indicar os candidatos à sua sucessão e ao governo de São Paulo.

Adolfo Gordo integrou o Partido Republicano Dissidente, então criado, e por ele se

candidatou à reeleição em 1903, mas não foi eleito. Ainda pelo Partido Republicano Dissidente, foi eleito deputado federal em 1906 pelo 3º distrito. Nesse mesmo ano, porém, a dissidência e o PRP se reintegraram. Adolfo Gordo foi reeleito em 1909 e em 1912. Com a morte de Campos Sales, em 1913, foi eleito senador para completar seu mandato. Foi reeleito em 1921 para um mandato de nove anos, que não chegou a completar, pois faleceu no dia 29 de junho de 1929, no Rio de Janeiro, atropelado por um caminhão quando se dirigia ao féretro do amigo e senador fluminense Joaquim Moreira.

Adolfo Gordo, como seu pai, casou-se também duas vezes. A primeira esposa, Ana Pereira de Campos Vergueiro, era neta do senador do império Nicolau Vergueiro, primeiro grão mestre da Maçonaria do Brasil, proprietário da fazenda Ibicaba e autor da primeira tentativa de contratar mão de obra estrangeira para sua cultura em regime de parceria. Ana faleceu em 1902, e dois anos mais tarde Adolfo Gordo desposou Albertina Vieira de Carvalho, filha do professor da Faculdade de Direito Joaquim José Vieira de Carvalho. Tiveram cinco filhos, nenhum dos quais se dedicou à carreira política. Um dos irmãos de Albertina era o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, o Doutor Arnaldo, fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo e um dos organizadores da Liga Nacionalista em 1917, cujo genro era o jornalista e político Júlio de Mesquita.

CARREIRA PARLAMENTAR

Adolfo Gordo teve uma extensa e intensa carreira parlamentar. Com exceção do período da dissidência, sempre militou no PRP, não se tendo integrado nem na Liga Nacionalista (1917), nem no Partido Democrático fundado em 1926, agremiações nas quais participaram membros de sua parentela.

Inúmeros e variados foram os projetos em cuja discussão sua participação se destacou. Algumas leis resultaram de projetos que apresentou e, quando aprovadas, ficaram conhecidas como “Leis Adolfo Gordo”. Foram elas as leis de Expulsão de Estrangeiros (1907 e 1921), a Lei de Acidentes no Trabalho (1919) e a Lei de Imprensa (1923). Deu decisivo apoio ao projeto que isentava a lavoura do imposto de renda e foi o relator do

projeto da Reforma Constitucional de 1926. Apoiou o projeto que visava instituir o divórcio e a luta pela concessão do sufrágio feminino. Foram estes os projetos mais significativos em cuja aprovação muito se empenhou.

O projeto relativo ao imposto de renda da lavoura atendia aos interesses dos cafeicultores, sendo o café a maior riqueza do estado; a Lei de Acidentes no Trabalho atendia à produção industrial que se afirmava. As leis de Expulsão de Estrangeiros visavam a coibir as greves no campo, que desorganizavam a produção agrícola e cujos líderes eram estrangeiros, assim como ocorria nos movimentos do sistema fabril. A Reforma Constitucional mantinha o imposto de exportação, de grande importância para São Paulo, e dava mais poderes ao presidente da República – observando-se que o próximo mandato presidencial caberia a Washington Luís, então presidente do estado de São Paulo. Nesses projetos, a atuação parlamentar de Adolfo Gordo orientava-se pelos interesses do estado que representava e pela posição de seu partido. Em outros projetos, como os referentes à instituição do divórcio e do voto feminino, não havendo orientação do governo paulista e do partido, sua ação se pautava por uma posição pessoal e pelo enquadramento da questão nos princípios constitucionais.

Adolfo Gordo era um jurista. Na Câmara e no Senado Federal sempre participou da Comissão de Justiça e Legislação, que chegou a presidir. Fez parte também das comissões especiais incumbidas da elaboração do Código Civil, do Código Comercial e da que procedeu à Reforma da Constituição em 1926. Representou o Congresso brasileiro na Conferência Interparlamentar do Comércio realizada em Roma em 1925, defendendo tese sobre crédito agrícola, e também nas conferências de 1927 no Rio de Janeiro e 1928 em Paris.

Aprovado desde 1897 como membro correspondente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, sediado no Rio de Janeiro, foi eleito sócio efetivo da Ordem dos Advogados de São Paulo em 1917, sendo também membro da Société de Législation Comparée de Paris. Foi conselheiro do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, instituição educacional criada em 1873 com o nome de Sociedade Propagadora de Instrução Popular, voltada para as camadas

trabalhadoras e destinada a proporcionar a formação gratuita de artesãos para as indústrias. Deixou publicados *Lei de Expulsão de Estrangeiros* (Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados nas sessões de 29 de novembro e 14 de dezembro de 1912); *Lei de Imprensa* (Discursos pronunciados no Senado Federal, 1924) e *Reforma Constitucional* (Pareceres e discursos, 1926).

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES: BELLO, J. *História*; CASALECCHI, J. *Partido*; DEBES, C. *Partido*; FRANCO, A. *Rodrigues*; FREITAS, L. *Senador*; Fundo Adolpho Gordo – Área de Arquivos Históricos do Centro de Memória da Unicamp, CMU. Grupos: 1. Vida pessoal; 2. Vida política; 3. Vida profissional; LANG, A. *Adolpho*; LANG, A. *Propaganda*; LOVE, J. *Locomotiva*; SILVA, H. 1889; SAMPAIO, J. *Adolfo*.